

## Rating

**A+**Boa capacidade  
para honrar seus  
compromissos fiscais  
e financeiros.Data: 17/set/2012  
Validade: 16/set/2013

## FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 17 de setembro de 2012, atribuiu *rating* **A+** ("A mais") de longo prazo, em escala nacional, para o Município de Guarulhos. A perspectiva do *rating* é **estável**.

A determinação da classificação está em linha com a metodologia específica para Entes Públicos, a qual atenta primordialmente para os fatores qualitativos (econômicos e sociais) e quantitativos (indicadores fiscais) do Município. Pelo lado dos fatores qualitativos, são analisados os aspectos econômicos, sociais e o ambiente político que condicionam o desempenho do município no médio e longo prazos (valor adicionado da produção, educação, saúde, etc.). Pelo lado quantitativo, o foco é nos indicadores fiscais que determinam o nível de solvência no curto e médio prazos, como, por exemplo, os resultados orçamentários e primários e os indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Dessa forma, a atribuição do *rating* fundamentou-se na boa capacidade do Município em honrar seus compromissos fiscais e financeiros, observando principalmente seu baixo nível de endividamento, geração de recorrentes superávits orçamentários e primários, mesmo que deficitário nos anos de 2010 e 2011 em virtude do reflexo da crise financeira mundial deflagrada em 2008. Também é relevante a participação do município na composição da economia do Estado (2,99% no PIB de 2009), ocupando a 2ª posição no *ranking* estadual e 9ª no ranking nacional. Maioria governista na Câmara dos Vereadores (67% de apoio) contribui para a aprovação de medidas encaminhadas pelo Executivo, bem como o cumprimento de todos os indicadores de desempenho da LRF, com ampla margem em relação às suas metas. Adoção de programas para aumento da eficiência do aparelho tributário e maior controle dos custos operacionais e gastos públicos, como a capacitação técnica dos servidores, que resulta em ganho de produtividade ao longo do tempo.

Outros fatores avaliados que ampararam a elevação do *rating* foram: (i) relação Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) em 63,66%, fato que mantém bom nível potencial para endividamento, que possibilita alavancar as políticas voltadas ao desenvolvimento econômico da região; (ii) elevação significativa da arrecadação de IPTU, ITBI e IRRF, refletindo o bom desenvolvimento econômico da região, com valorização da terra e dos imóveis, além da retenção do IR na tesouraria do município por meio dos contratos com fornecedores, locação de imóveis por pessoas físicas, empresa de serviço de lixo, transporte escolar contratado, honorários advocatícios, peritos técnicos, entre outros serviços profissionais; (iii) baixo nível de infraestrutura básica, com o registro de índices medianos no IDH; iv) boa infraestrutura logística pela proximidade com a capital, que permite usufruir da boa logística já instalada (aéreo, portuário e rodoviário), fator que reduz a necessidade de realização de investimentos por parte do município; (v) modernização nos processos de arrecadação tributária, com adoção de programas eletrônicos e estímulos à utilização de serviços *on-line*, reduzindo o nível de sonegação, fator que eleva o nível de eficiência na gestão fiscal do Município, e sistemas integrados de controle de processos que elevam o nível de excelência na gestão pública e reduzem os custos da administração; (vi) nível mediano de taxa de investimentos em relação à RCL, da ordem de 5,9%; (vii) avanço do IPM-QPM ICMS em 2011, mesmo diante das adversidades nacionais e internacionais, que mantém o nível de transferências de recursos para o ano corrente, preservando o bom equilíbrio das contas fiscais; (viii) alto nível do passivo contingencial em relação à receita corrente líquida: 39,3% em 2011; e (ix) resultado previdenciário negativo.

**Sobre o Rating:****Perspectiva: Estável****Observação: -****Histórico: -****Última Revisão: -****Analista responsável:**Alex Agostini  
Tel.: 55 11 3377 0710  
alex.agostini@austin.com.brFelipe Queiroz  
Tel.: 55 11 3377 0735  
felipe.queiroz@austin.com.brAustin Rating Serviços Financeiros  
Rua Leopoldo Couto Magalhães,  
110 – conj. 73  
São Paulo – SP  
CEP 04542-000  
Tel.: 55 11 3377 0707  
Fax: 55 11 3377 0739  
www.austin.com.br

A persistência do déficit previdenciário, bem como a forte elevação do estoque de precatórios e adoção de uma política moderada para a redução desses passivos, são fatores já mencionados anteriormente e que serão acompanhados para que determinação da classificação do *rating* e da perspectiva nos próximos 6 a 12 meses.

Dessa forma, a divulgação dos resultados do desempenho das finanças do Município nos próximos meses e consolidado de 2012, bem como a efetivação dos diversos programas de aumento da eficiência do sistema de arrecadação e investimentos focados no desenvolvimento do setor produtivo, e principalmente uma mudança contundente na gestão dos passivos contingenciais, serão fatores determinantes para uma melhora ou piora do *rating*.

## PERSPECTIVA

No processo de atribuição do *rating*, a perspectiva é determinada como **estável**.

## DISCLOSURE

As informações obtidas atenderam à metodologia de análise de entes públicos da Austin Rating, que contempla dados de mais de 2.500 municípios e todos os Estados e o Distrito Federal. Todas as informações solicitadas foram enviadas, as quais também estão disponíveis no portal de internet da Prefeitura, e foram suficientes, em termos de qualidade e quantidade, para a realização da atribuição do *rating*, evidenciando bom nível de transparência.

A Austin Rating tomou como base para a análise as demonstrações financeiras auditadas pelos órgãos fiscalizadores e reguladores, bem como informações gerenciais complementares detalhadas em *due diligence*, realizada com o secretário de finanças do município e disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura municipal de Guarulhos.

O *rating* reflete a metodologia da Austin Rating, que considerou a austeridade fiscal espelhada no cumprimento e bons níveis de indicadores de endividamento exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal reportados. Ressalta-se também a boa qualidade e modernização na gestão do aparelho tributário e programas de controle de custos e gastos públicos.

As demonstrações financeiras para os bimestres e quadrimestres findos em dezembro de 2011 foram publicadas no Diário Oficial, porém, ainda não auditadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e pela Secretaria do Tesouro Nacional, são consideradas fidedignas. Desse modo, a Austin Rating não utiliza procedimentos de auditoria para verificação destas informações. A análise considera a premissa de que as demonstrações financeiras apresentadas refletem devidamente a situação fiscal, financeira e patrimonial da instituição.

O *disclosure* para a Austin Rating foi considerado ótimo, com a presença de informações detalhadas para a avaliação da estratégia da política econômica local, da evolução da estrutura do setor produtivo nos últimos anos, da qualidade da execução orçamentária, da estrutura dos passivos contingenciais e o desempenho atual dos indicadores fiscais, econômicos e sociais do município.

## Principais Destaques

- Boa representatividade na economia nacional, ocupando a 2ª posição, em termos de PIB (base 2009), em nível estadual e a 9ª posição no ranking nacional;
  - Continuidade política e maioria da base governista na Câmara dos Vereadores (67%), que amplia a possibilidade de aprovação de projetos encaminhados pelo Executivo;
  - Bom nível de transparência, com disponibilidade de todos os demonstrativos e relatórios exigidos pela LRF;
-

- Cumprimento de todos os indicadores de desempenho da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive com ampla margem em relação aos limites determinados;
- Bons níveis de indicadores de aplicação de recursos e investimentos em Saúde e Educação previstos na Constituição Federal, inclusive superando com folga os limites mínimos na área de Saúde (limite mínimo de 15% da receita de impostos e transferências exigidos pela EC nº 29/00, limite realizado em 2011 foi de 26,68%);
- Melhora na avaliação do IDEB-MEC para o ensino fundamental da 4ª série/5º ano, na passagem de 2009 para 2011, com alta de 0,6 ponto percentual, anotando índice de 5,4 pontos para Guarulhos, de 5,6 pontos para o Estado de São Paulo e de 5,0 pontos para o Brasil, denotando bom nível de ensino no município – a meta para municípios e estados é atingir 6,0 pontos em 2022;
- Vigoroso aumento do orçamento municipal para 2012, com crescimento de 76% em 4 anos;
- Bom nível de expansão das receitas tributárias (IPTU, ITBI, ISSQN e IRRF) em 2011 de 17,4% sobre 2010, que denota o aumento da atividade econômica no setor produtivo, bem como o desenvolvimento econômico da região, que reflete no padrão de vida da sociedade e potencial de arrecadação no médio e longo prazo, e que deverá resultar no aumento do índice de participação dos municípios (IPM) de 2011 para a divisão do ICMS de 2012;
- O Município de Guarulhos foi o terceiro colocado em arrecadação de IPTU em 2011, com R\$ 228,7 milhões, ficando atrás da Capital, R\$ 4,53 bilhões e Campinas, R\$ 319,5 milhões. Considerando o IPTU por habitante (R\$ 185,41), Guarulhos situa-se na 53ª posição entre os municípios do Estado de São Paulo.
- O Município adotou recentemente o IPTU Verde, que apesar da redução da arrecadação fiscal com o tributo, estimula os municípios a efetuarem investimentos e adotarem medidas sustentáveis, corroborando com a melhoria no padrão de vida da cidade e arrecadação por meio de ISS;
- Aumento do IPM-QPM ICMS, que preserva o nível de transferências de recursos ao município para o ano corrente, visto que 76% da composição do IPM decorre do desempenho do Valor Adicionado à produção que, por sua vez, está diretamente relacionado ao aumento (ou recuo) de empresas instaladas no município;
- Baixo nível de endividamento apontado pela relação DCL/RCL (2011 = 63,66% contra limite da LRF de 120%). Fato que demonstra capacidade de endividamento, sem comprometer o equilíbrio fiscal no médio prazo;
- Despesas com pessoal abaixo do limite determinado na LRF, que é de 60% da RCL, com registro de 47,8% (consolidado dos poderes Executivo e Legislativo), anotando leve alta em relação a 2010 (43,8%);
- Recorrentes superávits orçamentários, que refletem a autonomia do município em pagar suas dívidas e formar poupança para amortizar a dívida e o serviço dela decorrente (pagamento de juros);
- Recentes déficits primários devido ao efeito negativo da crise financeira global, após ter apurado recorrentes superávits entre 2001 e 2009;
- Desenvolvimento tecnológico dos mecanismos de divulgação de dados e informações sobre os serviços da prefeitura, bem como integração das áreas de administração que promovem o aumento da produtividade;
- Manutenção de programa para modernização da gestão administrativa e fiscal (PMAT II / BNDES) – foco na capacitação de técnicos e gestores municipais, além da implantação de ações e sistemas destinados à expansão da arrecadação tributária como o projeto de geoprocessamento (GEO), NFS-s Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e melhoria da qualidade dos gastos públicos por meio do pregão eletrônico;
- Bom índice de coleta de esgoto com 82% das residências;
- Baixo nível infraestrutura básica, como tratamento de água e esgoto, pois atualmente são 35% de tratamento do esgoto do município. Mas há ressalva positiva pela perspectiva de inauguração, até o início de 2013, da terceira estação de tratamento de água;
- Meta é atingir 80% dos esgotos até 2017 como estabelecido no Plano Municipal de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (PMAE), permitindo melhora nos indicadores sociais e de saúde;

- Proximidade com a capital paulista (apenas 60 km de distância) permite usufruir de boa infraestrutura logística, estando perto dos principais aeroportos e portos do Estado e das principais rodovias de acesso ao Sul e Nordeste do País, facilitando o escoamento da produção local;
- Baixo índice de analfabetismo: 6,3%;
- Continuidade no crescimento da participação do setor industrial observado nos últimos anos, além de sua diversificação;
- Boa infraestrutura logística – além de contemplar um importante aeroporto (Cumbica), o município está localizado numa área de fácil acesso às principais rodovias do Estado de São Paulo facilitando o escoamento da produção local e a mobilidade interestadual;
- Elevado e crescente déficit previdenciário com baixo nível de perspectiva de reversão deste quadro no médio prazo e estimativa de equacionamento do déficit atuarial somente em 2053, mantido tudo o mais constante;
- Elevado nível do estoque de precatórios (R\$ 953,3 milhões), representando aproximadamente 30,8% do orçamento municipal de 2012 e 39,3% da RCL de 2011.

## 1. ASPECTO SÓCIOECONÔMICO

O Município de Guarulhos possui área total de 318 km<sup>2</sup> e está situado na região metropolitana de São Paulo, principal centro econômico do país, a 17 km no sentido noroeste da capital. Com população estimada pela Fundação SEADE em 1.236.884 habitantes para o ano de 2011 (2,97% da população do Estado e apenas 0,65% do total do Brasil), o município possui grau de urbanização de 100%, e uma densidade populacional de 3.889,45 habitantes por quilômetro quadrado (razão entre o número de habitantes de um território e sua área).

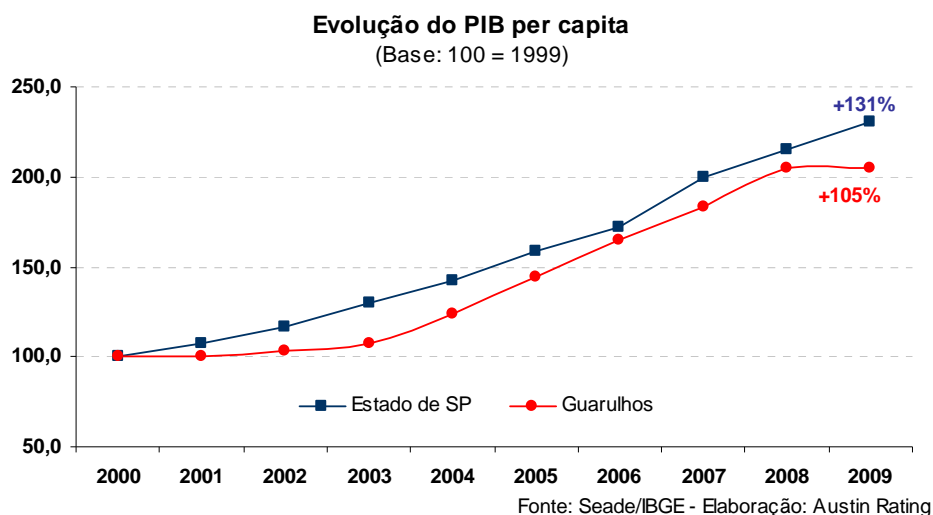
O município abriga o maior aeroporto internacional do país, o Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, conhecido como Aeroporto Internacional de Guarulhos/Cumbica.



O PIB *per capita* do município de Guarulhos aparece entre as cidades com valor acima do PIB *per capita* do País, ao registrar em 2009 R\$ 24,9 mil, situando o município na 87ª colocação entre as cidades do Estado para este indicador e acima da média para o Estado de São Paulo (R\$ 17,5 mil) – o município piorou 24 posições em relação ao ranking de 2008 (63º). Em âmbito nacional, o município ocupa a 327ª colocação em 2009, contra a 280ª posição em 2008.

Com relação a evolução do PIB *per capita*, ao longo dos anos 2000, o Município de Guarulhos tem demonstrado crescimento desta medida abaixo do Estado de São Paulo. Enquanto que de 2000 a 2009 o Estado de São Paulo

avançou 131% em seu PIB *per capita*, o município de Guarulhos avançou 105%, representando um crescimento médio anual de 8,3%.



Entre os trinta e nove municípios pertencentes à região metropolitana de São Paulo, nove cidades possuem PIB *per capita* superior ao de Guarulhos, sendo estas as cidades de Barueri, Cajamar, São Caetano do Sul, Osasco, São Bernardo do Campo, São Paulo, Cotia, Santana de Parnaíba e Diadema, que possuem o PIB per capita entre R\$ 99,6 mil e R\$ 25,1 mil. A cidade de Francisco Morato detém a menor renda *per capita* entre os municípios pertencentes à região, com cifra de R\$ 5,5 mil.

#### Região Metropolitana de São Paulo

Ranking	Municípios	Per capita (R\$) 2009 (1)
1	Barueri	R\$ 99.595,70
2	Cajamar	R\$ 64.931,05
3	São Caetano do Sul	R\$ 58.649,65
4	Osasco	R\$ 43.994,47
5	São Bernardo do Campo	R\$ 35.680,05
6	São Paulo	R\$ 35.271,93
7	Cotia	R\$ 29.813,63
8	Santana de Parnaíba	R\$ 28.285,12
9	Diadema	R\$ 25.066,30
<b>10</b>	<b>Guarulhos</b>	<b>R\$ 24.993,65</b>

(1) O PIB per Capita foi calculado utilizando a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Fonte: Fundação Seade/IBGE - Elaboração: Austin Rating

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano – medido decenalmente) de Guarulhos referente ao ano 2000 (PNUD<sup>1</sup>) é de 0,798, sendo, portanto, seu nível de desenvolvimento considerado médio. A forma de apuração do IDH é pela média ponderada entre indicadores de renda, longevidade e educação, e seu resultado varia numa escala de 0 (zero) a 1 (um), sendo que o maior índice atingido revela melhor situação.

1 - PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O IDH varia de 0 a 1, sendo considerado: baixo estando no intervalo de 0 a 0,499; médio entre 0,500 a 0,799; elevado entre 0,800 a 0,899 e muito elevado quando superior a 0,900. O indicador de Guarulhos é considerado médio.

No entanto, ao compararmos Guarulhos com os demais municípios brasileiros, este ocupa a 607ª posição no Ranking. Se comparado apenas com os municípios do Estado de São Paulo, o município ocupa a 180ª colocação, enquanto na comparação com a região metropolitana o município figura na 19ª colocação, entre as 39 cidades.

O município também exibe dificuldades sociais no IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social), calculado pela Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), ao ser classificado no grupo 2, o que significa que a cidade tem um elevado nível de riqueza, mas não apresenta bons indicadores sociais.

No que diz respeito à riqueza, o IPRS apresenta piora desde 2002, colocando o município na 57ª posição em 2008, diante da 52ª em 2002. Para o indicador de escolaridade, a queda observada entre 2000 e 2008 foi significativa. O município passou da 39ª colocação em 2000 para a 62ª em 2008.

Em termos econômicos, o município de Guarulhos ocupa a 2ª posição entre as 10 maiores economias do Estado de São Paulo, perdendo apenas para a capital São Paulo, e a 9ª posição no Brasil com um PIB calculado pelo IBGE em R\$ 32,473 bilhões para o ano de 2009, incluindo os impostos, conforme quadro a seguir, respondendo por 2,99% da economia do Estado. Todos os demais municípios pertencentes à região metropolitana de São Paulo possuem PIB inferior.

**VALOR ADICIONADO (PIB) - DEZ MAIORES MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2009**

Municípios	Valor Adicionado <sup>(1)</sup>					Total	Impostos	PIB <sup>(3)</sup>	PIB per Capita <sup>(4)</sup> (em reais)
	Agropecuária	Indústria	Serviços		Total <sup>(2)</sup>				
			Administração Pública						
- ESTADO DE SÃO PAULO	14.764,20	264.690,26	88.830,56	631.932,01	911.386,46	172.967,03	1.084.353,49	26.202,22	
1º São Paulo	25,05	66.864,81	24.172,27	255.757,56	322.647,42	66.669,75	389.317,17	35.271,93	
<b>2º Guarulhos</b>	<b>8,01</b>	<b>8.757,05</b>	<b>2.588,47</b>	<b>18.333,95</b>	<b>27.099,01</b>	<b>5.374,82</b>	<b>32.473,83</b>	<b>24.993,65</b>	
3º Campinas	32,6	6.573,70	2.508,46	17.535,96	24.142,26	7.512,46	31.654,72	29.731,98	
4º Osasco	0,77	2.694,37	1.550,94	23.139,62	25.834,77	5.781,69	31.616,45	43.994,47	
5º São Bernardo do Campo	4,86	10.614,85	1.850,00	13.039,96	23.659,66	5.276,10	28.935,77	35.680,05	
6º Barueri	-	4.282,70	734,76	16.900,11	21.182,81	5.725,26	26.908,07	99.595,70	
7º Santos	3,67	2.610,76	1.065,58	8.266,72	10.881,15	11.664,99	22.546,13	54.054,76	
8º São José dos Campos	25,31	9.998,95	1.308,27	9.324,58	19.348,84	2.669,20	22.018,04	35.751,06	
9º Jundiaí	35,16	5.242,66	805,89	8.980,75	14.258,56	2.326,57	16.585,14	47.395,72	
10º Santo André	1,37	4.271,84	1.295,43	8.616,96	12.890,18	1.819,42	14.709,60	21.843,91	

(1) Dados sujeitos a revisão.

(2) Inclui o VA da Administração Pública.

(3) O PIB do Município é estimado somando os impostos ao VA total.

(4) O PIB per Capita foi calculado utilizando a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Fonte: Fundação Seade/IBGE.

## 1.1. Diferencial competitivo

Guarulhos apresenta uma economia dinâmica e diversificada, predominantemente baseada em serviços e em segunda medida indústria. Nas últimas duas décadas, a economia passou por mudanças importantes em sua estrutura, sendo beneficiada pela migração de empresas localizadas na capital paulista, em função de problemas relacionados, principalmente, a infraestrutura logística (Ex.: trânsito).

O setor de serviços encerrou 2009 com participação de 67,7% no Valor Adicionado do Município, mantendo relativa estabilidade em relação ao ano anterior (67,6%), enquanto o setor industrial registrou participação de 32,3% em 2009, também estável em relação ao ano de 2008. Nos anos em que houve perda de participação do setor industrial na composição do PIB, a transferência foi para o setor de serviços. O setor da agropecuária, após atingir 0,06% em 2002 e 2003 manteve participação praticamente constante nos anos posteriores, decaindo levemente para 0,03% em 2009.

Por fim, a Administração Pública – AP, que compõe o setor de serviços, elevou sua participação no Valor Adicionado ao PIB municipal na passagem de 2008 (8,5%) para 2009 (9,6%), fortalecendo a inversão de trajetória declinante que ocorria desde 2004 que se encerrou em 2008. Entretanto, esta dinâmica de redução da participação da AP ocorrida

nos últimos anos é consequência da maior presença da iniciativa privada na formação do PIB, refletindo o desenvolvimento e crescimento econômico do município no período de 2000 a 2009 (o PIB cresceu em média 11,8% ao ano em termos nominais). O setor que apresentou maior incremento no PIB durante o período foi Serviços, o qual cresceu 153% (média anual de 12,3%).

**VALOR ADICIONADO (PIB) - GUARULHOS 2009**

(R\$ milhões)

Ano	Valor Adicionado <sup>(1)</sup>					Impostos	PIB <sup>(3)</sup>	PIB per Capita <sup>(4)</sup> (em reais)
	Agropecuária	Indústria	Serviços		Total			
			Administração Pública	Total <sup>(2)</sup>				
2000	2,97	3.940,66	900,27	7.257,08	11.200,71	2.093,10	13.293,81	12.183,39
2001	4,36	4.271,00	980,30	7.153,37	11.428,72	2.301,53	13.730,25	12.230,02
2002	7,01	4.435,24	1.106,41	7.556,80	11.999,05	2.556,77	14.555,82	12.607,58
2003	7,31	4.964,66	1.253,91	8.288,99	13.260,96	2.313,02	15.573,98	13.123,74
2004	7,67	6.435,91	1327,59	9.114,30	15.557,87	2.806,11	18.363,98	15.066,50
2005	4,76	7.768,14	1.528,39	10.629,76	18.402,65	3.618,23	22.020,88	17.600,10
2006	5,21	6.884,35	1.685,05	14.344,24	21.233,80	4.464,18	25.697,98	20.025,65
2007	7,66	7.421,06	1.979,23	15.308,77	22.737,49	4.820,79	27.558,28	22.202,46
2008	5,21	8.394,18	2.205,24	17.535,71	25.935,11	6.001,79	31.936,89	24.966,26
2009	8,01	8.757,05	2.588,47	18.333,95	27.099,01	5.374,82	32.473,83	24.993,65

(1) Dados sujeitos a revisão.

Fonte: Fundação SEADE/IBGE

(2) Inclui o VA da Administração Pública.

(3) O PIB do Município é estimado somando os impostos ao VA total.

(4) O PIB per Capita foi calculado utilizando a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

No que tange o mercado de trabalho, de acordo com os dados da SEADE, o município de Guarulhos encerrou o ano de 2010 com estoque de 327,5 mil empregos formais. Entre os quatro principais setores da economia, o setor de Serviços foi o que apresentou maior expansão da força de trabalho, com alta de 11,3% frente a 2009. A Indústria, o Comércio e a Construção Civil apresentaram também expansão no estoque de empregos formais em 6,4%, 10,1% e 10,7% respectivamente, enquanto o setor agropecuário ficou estável e não apresentou variação entre 2009 e 2010 permanecendo com estoque de 114 empregos formais.

No período compreendido entre 2005-2010, que foi o de maior expansão econômica do País desde a década de 1970 com crescimento médio do PIB de 4,2% ao ano, mas que também vivenciou uma das maiores crises financeiras internacionais depois da grande depressão de 1930, o estoque de empregos formais em Guarulhos avançou 37,7%, com destaque para os setores de Construção Civil (86,8%) e Serviços (46,8%), merecendo destaque também o Comércio com expansão de 46,3% no período, enquanto a Indústria expandiu 22,5%.

**Guarulhos - Empregos por Setor**

Ano	EMPREGOS FORMAIS					Total Guarulhos
	Indústria	Serviços	Comércio	Construção Civil	Agropecuária	
2005	97.355	91.400	43.413	5.632	114	237.914
2006	99.994	100.809	45.812	7.250	99	253.964
2007	108.242	105.374	50.724	7.249	104	271.693
2008	114.730	113.674	55.307	7.298	107	291.116
2009	112.030	120.565	57.711	9.509	114	299.929
2010	119.231	134.138	63.520	10.522	114	327.525

**Variação % no Período**

2010/09	6,4%	11,3%	10,1%	10,7%	0,0%	9,2%
2010/05	22,5%	46,8%	46,3%	86,8%	0,0%	37,7%

**Participação por setor de atividade**

2010	36%	41%	19%	3%	0%	100%
------	-----	-----	-----	----	----	------

Fonte: Fundação SEADE

Elaboração: Austin Rating

Com relação à participação dos setores na formação do estoque de empregos, Serviços continua sendo o setor que detém maior fatia e responde por 41% ou 134,1 mil trabalhadores, seguido pela Indústria com 36% ou 119,2 mil empregados e o Comércio com 63,5 mil trabalhadores e participação de 19% na força de trabalho total do município.

O número de postos de trabalho em Guarulhos tem apresentado rápida recuperação após sentir os reflexos negativos da crise financeira internacional que eclodiu no último quadrimestre de 2008. O ano de 2010 marcou a significativa recuperação para o mercado de trabalho local, com criação de 27,6 mil novos postos de trabalho, influenciado principalmente pelo setor de serviços (13,6 mil) e indústria (7,2 mil).

## 1.2. Comércio exterior

O comércio exterior de Guarulhos encerrou o ano de 2011 com déficit de US\$ 93,8 milhões, fruto de exportações de US\$ 2,713 bilhões e importações de US\$ 2,807 bilhões. Em 2011 as exportações de Guarulhos corresponderam a 4,53% do total realizado pelo Estado de São Paulo e 1,06% das exportações brasileiras, taxas superiores às verificadas em 2010, quando o município registrou participação de 3,97% e 1,03%, respectivamente. Também houve expansão na participação das importações de Guarulhos em relação ao volume importado pelo Estado e pelo País. Em 2011, a fatia importada por Guarulhos foi de 4,02% no Estado e 1,50% no Brasil, contra 3,42% e 1,24%, respectivamente, em 2010.

A cidade de Guarulhos exportou US\$ 2.713 milhões em 2011, crescimento de 30,6% em relação ao ano anterior e ocupou a 5ª colocação no ranking estadual e a 15ª no ranking nacional. Em comparação com 2010, o município se avançou duas posições no ranking nacional de exportações, porém, se manteve estável na comparação estadual. Já no ranking estadual de importações a cidade ocupou a 5ª posição, mesmo patamar de 2010, e a 19ª no ranking nacional (14ª posição em 2010), ao realizar compras externas no valor total de US\$ 2,807 bilhões, representando forte incremento de 3,1% em relação a 2010.

Entre janeiro e junho de 2012, o Município apresentou exportações acumuladas da ordem de US\$ 1,746 bilhão, com avanço de 8,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, e importações de US\$ 1,506 bilhão, com retração de 12,9% na mesma base de comparação. Dessa forma, o saldo apurado no primeiro semestre de 2012 foi superavitário em US\$ 240 milhões, revertendo o resultado negativo computado no mesmo período de 2011 (US\$ 121,6 milhões).

No último decênio, o município de Guarulhos apresentou grande avanço nas suas transações externas, haja vista que, entre 2002 e 2011, as exportações cresceram 186,8% (média de 12,4% a.a.) já as importações avançaram 198,6% (média de 12,9% a.a.).

### Balança Comercial do Município de Guarulhos

Ano	Exportação (a)	Importação (b)	Saldo	(US\$ Milhões)
				Corrente de Comércio (a) + (b)
2002	946	940	6	1.886
2003	1.048	899	149	1.947
2004	1.291	1.091	200	2.382
2005	1.603	1.218	385	2.821
2006	1.859	1.528	331	3.387
2007	2.027	1.740	287	3.767
2008	2.693	2.273	420	4.966
2009	1.636	2.058	-422	3.694
2010	2.077	2.723	-646	4.800
2011	2.713	2.807	-94	5.520
<b>CAGR</b>	<b>12,42%</b>	<b>12,93%</b>	<b>-</b>	<b>12,67%</b>

Fonte: Mdic/Secex - Elaboração: Austin Rating



### 1.2.1. Principais Produtos

Em 2011, os setores de atividade que mais contribuíram para as exportações do município foram os Bens Intermediários representando 23,9% do total, seguido pelo setor de Bens de Capital com 16,5% e Bens de Consumo com participação de 6,3% na pauta de exportações. Já as Demais Operações (serviços, intangíveis e as demais operações) representam 53,3% das exportações do Município.

As receitas com Demais Operações foram as que mais cresceram entre 2010 e 2011 variando cerca de 46%, e passando de US\$ 997,2 milhões para US\$ 1.453,4 milhões, respectivamente. O crescimento das exportações do grupo foi estimulada, principalmente, pela expansão da demanda do Aeroporto Internacional de Guarulhos (GRU). Haja vista que, entre os produtos mais exportados em 2011 estão consumos de bordos (combustíveis e lubrificantes para aeronaves) com US\$ 1,406 bilhão e participação de 51,6%.

Os dez principais itens exportados por Guarulhos representam cerca de 66,6% (em 2010 foi de 61,4%) sobre o valor do total exportado (US\$ 2,713 bilhões em 2011 e US\$ 2,077 bilhões em 2010).

### 1.2.2. Principais Parceiros Comerciais

- Exportações

Considerando as exportações do município, o principal destino em 2011 foi Provisão de Navios e Aeronaves com US\$ 1,440 bilhão, o que corresponde 52,9% das vendas externas totais do município. Essa participação expressiva nas exportações municipais decorre da grande influência que o Aeroporto Internacional de Guarulhos (GRU) possui na atividade econômica do Município. O segundo principal destino das exportações em 2011 foi a Argentina com um volume de US\$ 234,9 milhões e uma participação de 8,6%. A terceira posição que era ocupada pelos Estados Unidos em 2010 foi tomada pela Alemanha que saiu da quarta posição em 2010 com participação de 7,4% para terceira posição em 2011 com participação de 8,0%.

Em seguida com a quarta posição ocupada pelos Estados Unidos com (6,26%), a quinta posição é ocupada pelo Chile (2,3%), seguido pela Bélgica (2,2%), Canadá (2,0%) e Venezuela (1,9%). Entre estes países os maiores crescimentos em relação a 2010 foram provenientes da Canadá (+43,5%) e Alemanha (+42,5%). Os dez principais destinos das exportações de Guarulhos responderam por 87,6% do total em 2011 contra 86,8% no ano anterior, demonstrando maior concentração das vendas externas.

No agregado das exportações de Guarulhos por blocos econômicos, a União Européia – EU representou o principal mercado com participação de 12,6% ou US\$ 344,09 milhões, proporcionado pelo crescimento comparativamente a 2010 (+29,0%), o MERCOSUL ficou em segundo lugar com 11,0% e a ALADI (exclusive MERCOSUL) como terceiro principal bloco com 9,6% do total das exportações e US\$ 261,2 milhões, os Estados Unidos (incluindo Porto Rico) ficou na quarta posição com 6,3% do total das exportações e um valor de US\$ 170,6 milhões. Entre os principais destinos das exportações de Guarulhos, a maior proporção foi de não declarados, referente as exportações para provisão de navios e aeronaves com 52,8% do total.

- Importações

A principal categoria de produtos importados é a de Bens Intermediários, com dispêndio de US\$ 1,566 bilhão e participação de 55,6% em 2011, seguido por Bens de Capital e Bens de Consumo com participação de 29,4% e 13,8%, respectivamente. O principal avanço se deu entre os itens de Bens de Consumo, com incremento de 2,7 pontos percentuais (p.p.) e em sentido oposto a principal queda na participação se deu entre os produtos de Bens Intermediários com recuo de 3,5 p.p.

Entre os produtos mais expressivos importados estão pigmentos de mineral tipo rutilo com dióxido titânio de 3,6%, outros medicamentos com nitrogênio em doses (1,5%), outras metioninas (1,4%). Os dez principais produtos importados representam 14,5% da pauta de importações (em 2010 a concentração foi de 11,4%).

Entre os países que o Município mais importou, destacam-se a Estados Unidos com US\$ 556,7 milhões, representando 19,8% da pauta de importação, seguida por China com US\$ 428,5 milhões e participação de 15,2% e em terceiro, Alemanha com 13,4% e US\$ 378,5 milhões. Os dez principais países de origem das importações de Guarulhos responderam por 73,6% do total em 2011, contra 72,2% no ano anterior.

Entre os principais blocos econômicos que exportaram para Guarulhos, o destaque foi a União Européia – EU com volume de US\$ 1,021 bilhão e participação de 36,3% da pauta, seguida pela Ásia, com US\$ 754,6 milhões e participação de 26,8%, em terceiro encontram-se os Estados Unidos (inclusive Porto Rico) com US\$ 573,3 milhões, na quarta colocação está a ALADI (exclusive MERCOSUL) com US\$ 163,8 milhões e participação de 5,8%.

### 1.3. Infraestrutura

Guarulhos apresenta uma das melhores infraestruturas logísticas do país, com boa localização geográfica e servida por diversos meios de distribuição da produção, com destaque para a proximidade de algumas das principais rodovias do país (Dutra, Ayrton Senna e Fernão Dias) e portos como Santos e São Sebastião, bem como a existência do principal aeroporto internacional do país (Aeroporto Internacional de Guarulhos/Cumbica - GRU).

A rodovia federal Dutra faz ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto a Fernão Dias permite o acesso a Minas Gerais e a rodovia estadual Ayrton Senna liga ao Vale do Paraíba. Em Guarulhos estão localizados portos secos e entrepostos comerciais que facilitam as transações comerciais que passam pela cidade.

A cidade abriga o principal aeroporto internacional do Brasil: o Aeroporto Internacional de Guarulhos/Cumbica. Localizado a 25 km do centro da cidade de São Paulo, o aeroporto possui área total de 14km<sup>2</sup>. De acordo com dados da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), no ano de 2011 o aeroporto movimentou cerca de 30 milhões de passageiros (embarques e desembarques), e mais de 270 mil aeronaves (pousos e decolagens). Aproximadamente 370 empresas estão instaladas em sua área, e empregam cerca de 28,2 mil profissionais que trabalham em escala de revezamento durante as 24 horas de funcionamento do aeroporto. O aeroporto apresenta o maior terminal de cargas da América do Sul e o segundo da América Latina, com exportações variadas, que vão desde frutas a insumos industriais.

O processo de exportações através do aeroporto internacional de Guarulhos é rápido, sendo que a liberação leva menos de 48 horas para ser expedida e a oferta diária de vôos chega a 540 pousos e decolagens. O aeroporto está localizado a 100 km do Porto de Santos e a 200 km de Campinas, o que o transforma numa boa alternativa para exportação da produção.

No início de 2012, o Aeroporto de Guarulhos foi leiloado. Segundo informações da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), a concessão do aeroporto, pelo prazo de 20 anos, foi arrematada por R\$ 16,213 bilhões (com ágio de 373,51%) pelo consórcio Invepar, composto pelas empresas Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A e ACSA (Airports Company South Africa), da África do Sul.

De acordo com a ANAC, o investimento total previsto no aeroporto de Guarulhos durante os 20 anos de concessão é de R\$ 4,6 bilhões. As principais obras previstas para o aeroporto são: i) implantar uma área de segurança com 90 metros de largura por 90 metros de comprimento, no final de uma das cabeceiras de pista; ii) alargar as pistas de pouso e decolagem, além das pistas de rolamento (que ligam aos terminais de passageiros e pátios); e iii) implantar área de segurança com 240 metros de comprimento por 150 metros de largura, em cada uma das quatro cabeceiras de pista do aeroporto.

A ampliação da capacidade de fluxo de passageiros e trânsito de aeronaves reflete positivamente no processo de classificação do *rating* em decorrência do potencial de maior arrecadação no longo prazo.

#### 1.4. Educação e Saúde

#### 2. Educação

O Município mantém nível de escolaridade acima dos observados no Estado de São Paulo e no Brasil, com 93,7% da população alfabetizada. Como destacado anteriormente, a classificação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é 0,798, o que o coloca na 179ª posição entre todos os municípios da Federação. Tal colocação demonstra que Guarulhos está classificada entre as cidades com médio índice de desenvolvimento humano com razoáveis níveis de renda, educação e longevidade, conforme o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD).

Na comparação por faixa de anos de estudos, o Município apresenta população com média de estudo entre 4 e 7 anos (56,8%) e acima de 8 anos de estudo o total (43,2%) fica abaixo do registrado no Estado (53,6%) e abaixo do observado no País (48,8%).

De acordo com a última divulgação do Ministério da Educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) referente ao ano de 2011, o município de Guarulhos manteve sua trajetória de melhora observada na passagem de 2007 para 2009 nos anos iniciais do ensino fundamental, porém nos anos finais houve uma retração de 0,10 p.p. Quando comparado com a média estadual e nacional, o Município de Guarulhos apresenta resultados superiores apenas em relação ao resultado do País nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Já nos anos finais do ensino médio, o desempenho de Guarulhos é inferior, tanto a média do Estado como do País.

#### ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB

Períodos	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (4ª série/5º ano)			Anos Finais do Ensino Fundamental (8ª série/9º ano)		
	Guarulhos	Estado de SP	Brasil	Guarulhos	Estado de SP	Brasil
2007	<b>4,50</b>	5,00	4,20	<b>3,70</b>	4,30	3,80
2009	<b>4,80</b>	5,50	4,60	<b>4,00</b>	4,50	4,00
2011	<b>5,40</b>	5,60	5,00	<b>3,90</b>	4,70	4,10

Fonte: MEC, SAEB e Censo Escolar

#### 3. Saúde

Na área da Saúde, a cidade de Guarulhos tem apresentado bons indicadores. De acordo com últimos dados de 2009 do IBGE, o Município possui uma rede de atendimento com 242 estabelecimentos, sendo 93 públicos municipais e 149 privados.

Os investimentos na área da saúde têm contribuído sobre maneira nos demais indicadores sociais do município, como, por exemplo, os impactos positivos sobre a taxa de mortalidade infantil, que apurou em 2011 o terceiro menor índice entre os municípios de São Paulo, com 12,56 por mil nascidos vivos, sendo menor que o índice do Estado com 11,9 e o índice do País com 22,5.

Considerando os gastos na área de saúde com recursos próprios e transferências do SUS em relação a despesa total, a cidade de Guarulhos quase dobrou a participação desses gastos ao longo dos últimos 10 anos, passando de 18,4% em 2002 para 30,3% em 2011, revelando o vigor e importância que a gestão pública dispõe às políticas sociais, como mostra o gráfico a seguir.

**INDICADORES ECONÔMICOS, SOCIAIS E DE INFRAESTRUTURA BÁSICA**

SETOR	INDICADOR	CIDADE DE GUARULHOS		ESTADO DE SÃO PAULO		BRASIL	
		Quantidade	Part.% / Total	Quantidade	Part.% / Total	Quantidade	Part.% / Total
ECONOMIA	PIB (R\$ bilhões) (Base: 2009)	32,474	-	1.084,4	-	3.239,4	-
	PIB Agropecuária (Part.%)	0,03%	-	1,6%	-	5,6%	-
	PIB Indústria (Part.%)	32,3%	-	29,0%	-	26,8%	-
	PIB Serviços (Part.%)	67,7%	-	69,3%	-	67,5%	-
	PIB per capita (R\$ mil) (Base: 2009)	25,0	-	26,2	-	16,9	-
	Participação no PIB do Estado	3,0%	-	-	-	-	-
	Participação no PIB do Brasil	1,0%	-	33,5%	-	-	-
	Exportações (US\$ milhões) (Base: 2011)	2.713,6	-	59.909,3	-	256.039,6	-
	Participação nas Exportações do Estado	4,5%	-	-	-	-	-
	Participação nas Exportações do Brasil	1,1%	-	23,4%	-	-	-
	Importações (US\$ milhões) (Base: 2011)	2.807,4	-	82.160,8	-	226.243,4	-
	Participação nas Importações do Estado	3,4%	-	-	-	-	-
	Participação nas Importações do Brasil	1,2%	-	36,3%	-	-	-
POPULAÇÃO	População residente (2010)	1.236.884	-	41.692.668	-	190.755.799	-
	Habitantes por domicílio permanente	3,4	-	3,3	-	3,1	-
	Natalidade infantil (por mil) (*) (2010)	16,8	-	14,6	-	16,0	-
	Mortalidade infantil (por mil) (*) (2011)	12,6	-	11,6	-	22,5	-
INFRAESTRUTURA	Total de domicílios permanentes	360.540	-	12.827.153	-	62.307.000	-
	Abastecimento de água	341.395	94,7%	12.491.082	97,4%	58.577.000	94,0%
	Esgoto sanitário	277.940	77,1%	10.995.436	85,7%	59.328.725	95,2%
	Iluminação elétrica	337.423	93,6%	12.788.672	99,7%	60.867.708	97,7%
	Coleta de lixo	354.663	98,4%	11.488.644	98,9%	49.602.603	79,6%
	Grau de urbanização (2010)	-	100,0%	-	95,9%	-	-
EDUCAÇÃO	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais idade)	-	6,3%	-	4,3%	-	6,6%
	IDEB 2011 - Anos iniciais (4ª série / 5º ano)	5,4	-	5,4	-	5,0	-
	IDEB 2011 - Anos iniciais (8ª série / 9º ano)	3,9	-	4,3	-	4,1	-
SAÚDE	Estabelecimentos de Saúde	242	-	14.215	-	94.070	-
	Públicos	93	38,4%	5.850	41,2%	52.021	55,3%
	Privados	149	61,6%	8.365	58,8%	42.049	44,7%
SOCIAL	IDH 2000 - Índice de Desenvolvimento Humano	0,798	-	0,814	-	0,769	-

Fonte: IBGE / PNAD e SEADE

Elaboração: Austin Rating

#### 4. RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

##### 4.1. Sistema de governo

O sistema de governo usado no Brasil é o presidencialismo. O nível de poder mais alto é o do presidente, seguido pelo vice-presidente, ministros, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. O sistema presidencialista é regido pela Constituição da República Federativa do Brasil e considerado um dos mais modernos regimes de governo, onde a democracia (direito de todo cidadão participar, criticar e dar sugestões) é amplamente divulgada.

O atual prefeito, Sebastião Alves de Almeida, integra a legenda do Partido dos Trabalhadores (PT). Está à frente da prefeitura de Guarulhos em seu primeiro mandato (2009/2012 e foi eleito prefeito em segundo turno na última eleição de 2008 com 56,68%, ou 320.472 votos válidos).

A Câmara Municipal é composta por 34 vereadores eleitos para mandatos de quatro anos e a maioria compõe a base governista (68%), o que é um fator favorável à classificação, visto que restringe significativamente as chances de reprovação de projetos encaminhados pelo Poder Executivo Municipal.

## 5. CONTAS PÚBLICAS

### 5.1. Servidores públicos municipais

Em 2011, o número de servidores da administração direta e indireta da cidade de Guarulhos foi de 27.011, sendo 24.169 celetistas (89% do total), 1.488 estatutários (6%) e 1.354 Aposentados e Pensionistas (5%).

O quadro de servidores tem apresentado tendência de alta desde 2002 no âmbito total, refletindo o próprio desenvolvimento econômico do município, com destaque para as redes de ensino e de saúde, pois são áreas que demandam maior número de servidores públicos na medida em que há expansão econômica local.

Mesmo com a tendência de ampliação do quadro de pessoal, é importante ressaltar que a relação Despesa com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida está relativamente estável, portanto, sem comprometer o equilíbrio fiscal no curto e médio prazo.

QUADRO DE SERVIDORES PREFEITURA DE GUARULHOS - ADM. DIRETA E INDIETA										
SERVIDORES	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
CLT	15.436	15.586	17.290	17.134	17.794	18.648	20.263	21.518	23.369	24.169
Estatutários	1.877	1.848	1.872	1.852	1.776	1.749	1.708	1.667	1.728	1.488
Aposentados	1.348	914	922	910	913	941	947	930	950	972
Pensionistas	268	361	357	376	360	374	421	430	377	382
<b>Total</b>	<b>18.929</b>	<b>18.709</b>	<b>20.441</b>	<b>20.272</b>	<b>20.843</b>	<b>21.712</b>	<b>23.339</b>	<b>24.545</b>	<b>26.424</b>	<b>27.011</b>
Var.% ano	-	-1,2%	9,3%	-0,8%	2,8%	4,2%	7,5%	5,2%	7,7%	2,2%

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças de Guarulhos

Elaboração: Austin Rating

### 5.2. Orçamento municipal de 2012

A Lei Orçamentária Anual (LOA) do município prevê receita e fixa despesas para o exercício de 2012 no valor de R\$ 3.092.183.723,00 (três bilhões, noventa e dois milhões, cento e oitenta e três mil e setecentos e vinte e três reais), crescimento de 14,8% em relação a 2011. Vale destacar as deduções da receita para o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) no valor de R\$ 220,2 milhões, ou 7,1% de participação das receitas.

A elaboração do orçamento teve como premissas para 2012: i) estimativa de IPCA de 5,10%; ii) taxa de crescimento do PIB nacional de 5,00%; iii) taxa de participação do IPM-IPVA (Cota-Parte IPVA) de 2,35%; iv) taxa de participação do IPM-ICMS de 3,61%; v) taxa de participação do IPM-FUNDEB de 1,1%; e vi) melhora na eficiência da gestão fiscal, bem como foram consideradas as evoluções da arrecadação mensal dos três últimos exercícios.

As receitas correntes respondem por 90,8% do orçamento, sendo que as receitas tributárias representam 18,2% e os principais impostos são o IPTU e ISSQN, enquanto as transferências correntes (FPM, ICMS, IPVA, etc.) representam 52,9%, revelando relativa dependência do município com relação aos recursos transferidos pelo Estado e União.

Entre 2008 e 2012, o orçamento estimado cresceu 76,5%, ou média de 15,3% ao ano. A taxa de crescimento estimada para 2012 está ligeiramente abaixo da média apurada nos últimos 4 anos, portanto, preservando o vigor econômico vivido pelo município no período, mesmo diante do período de crise econômica, sendo o resultado das ações de melhoria na gestão do aparelho tributário. A expansão no orçamento do município tem sido consistente ao longo dos últimos anos. Fato que revela boas práticas na execução de políticas públicas e que refletem positivamente na classificação do *rating*.

**MUNICÍPIO DE GUARULHOS**  
**QUADRO GERAL DA RECEITA POR FONTES E DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA**  
 - ORÇAMENTO 2012 -

RECEITAS	R\$ milhões	Part. %	DESPESAS	R\$ milhões	Part. %
<b>1. Receitas Correntes</b>	<b>2.807,2</b>	<b>90,8%</b>	<b>1. Despesas Correntes</b>	<b>2.308,4</b>	<b>74,7%</b>
Receitas Tributárias	563,5	18,2%	Pessoal e Encargos Sociais	1.064,2	34,4%
Receita de Contribuições	12,1	0,4%	Juros e Encargos da Dívida	58,7	1,9%
Receita Patrimonial	36,6	1,2%	Outras Despesas Correntes	1.185,5	38,3%
Receita de Serviços	304,8	9,9%			
Transferências Correntes	1.636,6	52,9%			
Outras Receitas Correntes	253,6	8,2%			
<b>2. Receitas de Capital</b>	<b>483,8</b>	<b>15,6%</b>	<b>2. Despesas de Capital</b>	<b>748,9</b>	<b>24,2%</b>
Operações de Crédito	301,0	9,7%	Investimentos	704,0	22,8%
Alienação de Bens	0,5	0,0%	Inversões Financeiras	4,7	0,2%
Amortização de Empréstimos	0,1	0,0%	Amortização da Dívida	40,3	1,3%
Transferências de Capital	182,3	5,9%			
<b>3. Deduções da Receita</b>	<b>-220,2</b>	<b>-7,1%</b>	<b>3. Reserva de Contingência</b>	<b>34,8</b>	<b>1,1%</b>
<b>4. Receitas Intraorçamentárias</b>	<b>21,3</b>	<b>0,7%</b>			
<b>TOTAL RECEITAS</b>	<b>3.092,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>3.092,2</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças - LOA 2012

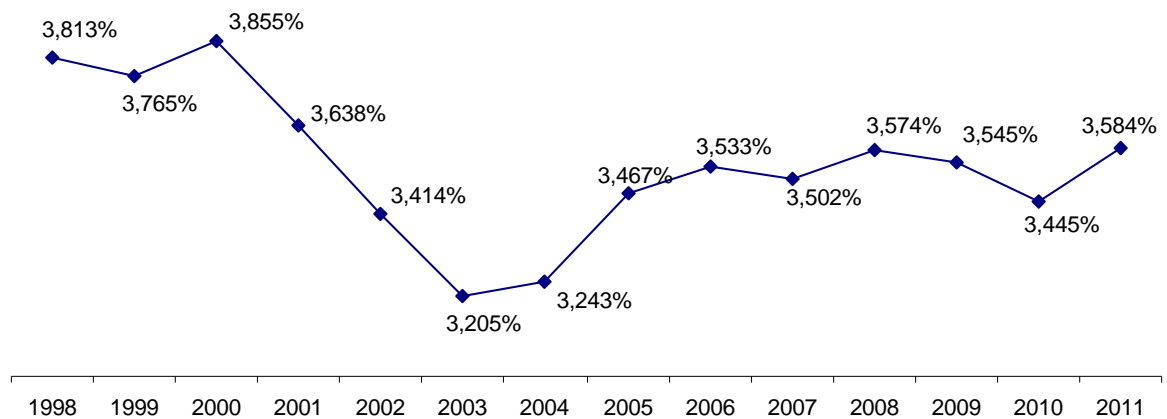
Elaboração: Austin Rating

### 5.3. Capacidade de arrecadação

O Município possui bom nível de recebimento de receitas oriundas às transferências correntes do Estado e da União, refletindo sua capacidade na geração de receitas por meio da atividade econômica local. Em 2011, as transferências representaram 58,4% do total das receitas correntes. As principais fontes próprias de arrecadação são o ISSQN, e IPTU e ITBI, que juntos representaram 84,6% do total das receitas tributárias e 18,2% das receitas correntes em 2011. Em comparação com o ano anterior, a participação da soma do ISSQN, IPTU e ITBI nas receitas tributárias apurou ligeira redução de 1,4 ponto percentual, porém, em relação às receitas correntes houve aumento de 0,6 ponto percentual, refletindo o desenvolvimento econômico nos últimos dois anos. Cabe salientar que, o Município de Guarulhos foi o terceiro colocado em arrecadação de IPTU em 2011, com R\$ 228,7 milhões, ficando atrás da Capital, R\$ 4,53 bilhões e Campinas, R\$ 319,5 milhões.

Em 2011, o Município recebeu em transferências correntes a cifra de R\$ 1,550 bilhão contra R\$ 1,399 bilhão em 2010, anotando crescimento de 10,8% após crescer 17,2% na passagem de 2009 para 2010. Há expectativa de que esse volume cresça ainda mais ao longo de 2012 (valor no orçamento está em R\$ 1,637 bilhão com alta de 5,6% sobre 2011).

Em 2011, após a passagem do momento mais turbulento da crise financeira global eclodida em 2008, o IPM de Guarulhos (Índice de Participação dos Municípios – Quota-Parte ICMS) voltou a apresentar crescimento, passando de 3,445% em 2010, para 3,584% em 2011. O município detém o 2º maior índice do Estado de São Paulo, ficando atrás somente da capital paulista.

**Índice de Participação do Município - Guarulhos  
Quota-Parte ICMS (Ano Base)**

Fonte: Prefeitura Municipal de Guarulhos

Elaboração Austin Rating

É importante destacar que a definição da transferência de recursos do ICMS arrecadado pelo Estado para os municípios é realizada conforme os coeficientes determinados para cada cidade e um dos pontos determinantes é o tamanho do PIB do município que, nesse caso, é favorável à Guarulhos. A cidade ocupa a 2ª colocação no *ranking* estadual, com participação de 3,0% no PIB do Estado (ano base 2009).

O índice (IPM) é calculado a partir das seguintes variáveis e pesos:

**I** – 76% com base na relação percentual entre o valor adicionado em cada município e o valor total do Estado nos dois exercícios anteriores ao da apuração;

**II** – 13% com base no percentual entre a população de cada município e a população total do Estado, de acordo com o último recenseamento geral realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

**III** – 5% com base no percentual entre o valor da receita tributária própria de cada município e a soma da receita tributária própria de todos os municípios paulistas;

**IV** – 3% com base no percentual entre a área cultivada de cada município, no ano anterior ao da apuração, e a área cultivada total do Estado levantada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

**V** – 0,5% com base no percentual entre a área total, no Estado, dos reservatórios de água destinados à geração de energia elétrica e a área desses reservatórios no município, existentes no exercício anterior, levantadas pela Secretaria de Energia;

**VI** – 0,5% em função de espaços territoriais especialmente protegidos existentes em cada município e no Estado, observados os critérios estabelecidos na Lei;

**VII** – 2% com base no resultado da divisão do valor correspondente a esse percentual pelo número de municípios do Estado existentes em 31 de dezembro do ano anterior ao da apuração.

## 6. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 6.1. Resultado orçamentário

Em 2011, o Município de Guarulhos apurou R\$ 2,415 bilhões em receitas totais e R\$ 2,201 bilhões em receitas líquidas, sendo a diferença de R\$ 214 milhões referente às Deduções da Receita, por exemplo, FUNDEB. As Despesas Totais empenhadas, por sua vez, atingiram R\$ 2,118 bilhões, incorrendo num superávit orçamentário de R\$ 296,9 milhões com recuo de 38,4% em relação ao saldo apurado em 2010 com cifra de R\$ 482,1 milhões.

As Receitas Totais cresceram menos que o crescimento observado nas Despesas Totais, pois, enquanto as receitas cresceram 5,8% entre os exercícios de 2010 e 2011, as despesas cresceram 17,7%. A diferença está nas receitas de capital que recuaram 62,1% devido às operações de crédito que dispararam em 2010, período de estímulo à recuperação econômica pós-crise de 2008.

As Despesas Correntes cresceram 23,8% em 2011 e contribuiu para esta alta tanto a evolução da rubrica Pessoal e Encargos Sociais com 25,9% de expansão como a rubrica Juros e Encargos da Dívida com 30,4%. No grupo das despesas realizadas pelo Município, o empenho de recursos com pessoal e encargos sociais, representou 38,2% em proporção da Receita Corrente Líquida em 2011, revelando aumento em relação a 2010 (34,1%).

Os Investimentos, após anotar forte expansão de 38,8% em 2010, inclusive motivado pela necessidade de recuperação econômica pós-crise financeira de 2008, se acomodou em 2011 e anotou cifra de R\$ 144,1 e recuo de 30,1% na comparação com o valor de 2010 (R\$ 206,2 milhões). Em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), os Investimentos anotaram proporção de 5,94% em 2011 contra 9,43%, portanto, ficando abaixo da média observada de 8,77% no período 2001-2011, que foi o início do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).



**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - MUNICÍPIO DE GUARULHOS**  
**RECEITA REALIZADA E DESPESA EMPENHADA**

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>RECEITAS TOTAL</b>	<b>993,1</b>	<b>1.224,8</b>	<b>1.416,8</b>	<b>1.821,7</b>	<b>1.821,1</b>	<b>2.281,5</b>	<b>2.414,9</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.047,9</b>	<b>1.216,7</b>	<b>1.478,7</b>	<b>1.871,8</b>	<b>1.915,0</b>	<b>2.246,9</b>	<b>2.525,7</b>
RECEITA TRIBUTARIA	285,9	321,3	357,1	396,9	410,6	485,2	569,9
IPTU	147,7	166,3	169,0	186,4	199,9	212,7	228,7
ISSQN	90,9	100,6	109,6	129,0	136,9	175,6	214,6
ITBI	10,6	15,0	19,6	20,2	19,7	28,8	38,9
IRRF	26,2	28,5	42,7	44,5	36,0	47,1	65,7
TAXAS	9,6	9,7	14,8	16,0	17,2	20,4	21,7
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1,0	1,4	1,4	0,8	0,9	0,6	0,3
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	25,0	-122,3	-30,5	26,7	-18,4	9,5	20,8
RECEITA PATRIMONIAL	9,8	36,1	47,1	95,6	44,4	37,1	29,0
RECEITA DE SERVIÇOS	3,7	3,8	4,4	4,9	4,6	5,1	5,4
TRANSFERENCIAS CORRENTES	617,4	765,7	899,8	1.123,7	1.193,2	1.398,6	1.549,7
COTA-PARTE FPM	24,4	28,4	32,6	40,1	36,1	40,3	51,3
COTA-PARTE ICMS	402,1	465,9	546,5	672,8	679,3	815,5	889,8
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	19,2	53,7	35,7	47,1	51,9	57,3	67,6
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	171,7	217,7	285,0	363,7	426,0	485,5	540,9
(-) CONTAS REDUTORAS (ICMS, FPM, IPI Exp)	-65,8	-75,5	-102,0	-158,3	-163,4	-193,4	-213,6
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,0	69,9	17,7	18,6	18,0	19,2	23,6
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>11,0</b>	<b>13,8</b>	<b>22,5</b>	<b>89,5</b>	<b>51,5</b>	<b>208,8</b>	<b>79,2</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	19,9	26,9	160,4	60,6
ALIENAÇÃO DE BENS	0,0	0,0	1,0	0,2	0,9	0,0	0,7
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	10,9	13,8	21,5	69,4	23,8	48,4	17,8
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>DESPESAS TOTAL</b>	<b>902,7</b>	<b>976,6</b>	<b>1.077,6</b>	<b>1.338,9</b>	<b>1.431,1</b>	<b>1.799,4</b>	<b>2.118,1</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>813,9</b>	<b>849,7</b>	<b>936,6</b>	<b>1.105,4</b>	<b>1.234,8</b>	<b>1.559,0</b>	<b>1.930,4</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	457,7	443,0	495,8	537,9	620,6	766,9	965,4
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	15,4	17,4	14,8	21,7	22,0	21,4	28,0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	340,8	389,3	426,0	545,8	592,2	770,7	937,0
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>88,8</b>	<b>126,9</b>	<b>141,0</b>	<b>233,5</b>	<b>196,3</b>	<b>240,4</b>	<b>187,7</b>
INVESTIMENTOS	51,5	68,1	89,7	186,4	148,6	206,2	144,1
INVERSOES FINANCEIRAS	0,6	0,7	4,3	3,9	3,5	3,2	1,5
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	36,7	58,1	47,0	43,2	44,2	31,0	42,1
<b>OUTRAS DESPESAS</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT = (Receita - Despesa)</b>	<b>90,4</b>	<b>248,2</b>	<b>339,3</b>	<b>482,8</b>	<b>390,0</b>	<b>482,1</b>	<b>296,9</b>
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT (em % da Receita Total)</b>	<b>9,1%</b>	<b>20,3%</b>	<b>23,9%</b>	<b>26,5%</b>	<b>21,4%</b>	<b>21,1%</b>	<b>12,3%</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>55,4</b>	<b>159,4</b>	<b>170,2</b>	<b>251,2</b>	<b>114,7</b>	<b>-123,2</b>	<b>-62,7</b>

nd - não disponível

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças de Guarulhos

Elaboração: Austin Rating

Obs 1: Receita Corrente Líquida (RCL) = Receita Corrente - parcela entregue aos municípios - contribuições dos servidores para a previdência social

Obs 2: Entende-se como Resultado Primário a Receita Total excluídas as Receitas Financeiras, as Operações de Crédito, e as Alienações de Bens, excluindo-se as Despesas Totais, não computando nestas últimas os Juros e Amortizações.

## 6.2. Resultado Primário

O resultado primário foi deficitário em R\$ 62,7 milhões em 2011, melhorando relativamente ao resultado de 2010 quando apurou déficit de R\$123,2 milhões. Em proporção das Despesas, o resultado primário apresentou taxa negativa de 2,5%, melhorando relativamente ao índice anotado em 2010: -5,3%.

Desde a adoção da LRF, em 2001, o Município conseguiu registrar superávit primário, mas, nos dois últimos anos (2010-2011) houve recorrente déficit ocasionado, primordialmente, pelos efeitos negativos gerados pela crise financeira global de 2008 e que atingiu o equilíbrio das contas fiscais nesses dois anos.

### RESULTADO PRIMÁRIO - MUNICÍPIO DE GUARULHOS

ITENS	R\$ milhões correntes										Var.% anual 2011/2010
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
I - RECEITAS FISCAIS LIQUIDADAS	839,6	890,7	1.008,9	1.128,2	1.349,4	1.537,7	1.896,8	1.860,2	2.215,6	2.446,9	10,4%
II - DESPESAS FISCAIS EMPENHADAS	756,0	824,6	971,8	1.072,8	1.190,0	1.367,5	1.645,6	1.745,4	2.338,8	2.509,5	7,3%
RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	83,6	66,1	37,2	55,4	159,4	170,2	251,2	114,7	-123,2	-62,7	-
RESULTADO PRIMÁRIO / DESPESAS	11,1%	8,0%	3,8%	5,2%	13,4%	12,4%	15,3%	6,6%	-5,3%	-2,5%	-

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças de Guarulhos

Elaboração: Austin Rating

O resultado primário revela o grau de autonomia do Município para, utilizando-se de suas receitas próprias, pagar as contas sem a dependência da realização de poupanças externas. Portanto, se o resultado primário for superavitário, isso significa que o Município, com suas receitas próprias, pagou suas contas e ainda gerou poupança para amortizar o serviço da dívida (pagamento de juros), melhorando seu nível de solvência.

Vale destacar que o Município registrou recorrentes resultados primários e orçamentários entre 2001 e 2009, mas anotou déficits em 2010 e 2011 em virtude dos reflexos negativos da crise financeira global de 2008. Dessa forma, reitera-se a expectativa de déficits primários transitórios, devendo o Município retornar aos superávits primários quando a economia local e nacional retomar o vigor e, com isso, refletir que a cidade está em sintonia com o principal pilar da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é o equilíbrio sustentável das contas públicas ao longo do tempo.

## 7. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

A Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, obrigando-se o gestor a agir com transparência e de forma planejada mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas e o controle como premissas básicas.

O Art. 42 da LRF reforça o rigor na gestão fiscal: “É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito”.

<b>RELATÓRIOS EXIGIDOS PELA LRF</b>	
<b>Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO</b> Esses relatórios são de responsabilidade do Poder Executivo e devem ser publicados a cada dois meses.	<b>Relatório de Gestão Fiscal – RGF</b> Esses relatórios são de responsabilidade de cada Poder e órgão (Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público) e devem ser publicados a cada quatro meses.
Tipo de Despesa	Limite
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>Despesa total com pessoal do Poder Executivo em relação à RCL</b> <b>Limite Prudencial:</b> até <b>51,30%</b> da RCL <b>Limite Máximo:</b> até <b>54,00%</b> da RCL
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>Despesa total com pessoal Consolidada em relação à RCL</b> <b>Limite Prudencial:</b> até <b>57,0%</b> da RCL <b>Limite Máximo:</b> até <b>60,0%</b> da RCL
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>120 % da RCL</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>Operações de Crédito Internas e Externas: 16,0%</b> da RCL <b>Operações de Crédito por Antecipação da Receita: 7,0%</b> da RCL

### 7.1. Indicadores de desempenho da LRF

Desde a promulgação da LRF, em maio de 2000, os Municípios são obrigados a publicar os relatórios de acompanhamentos das despesas e receitas como, por exemplo, o Relatório de Gestão Fiscal, para dar maior transparência e solidez ao processo de ajuste fiscal dos entes públicos. De forma a melhorar os mecanismos de transparência, a Prefeitura de Guarulhos disponibiliza desde 2002 relatórios com as vinculações constitucionais para as áreas de Saúde e Educação, ampliando a abertura da administração pública municipal, elevando o acesso aos relatórios e a transparência sobre as contas públicas.

O município tem atingido todas as metas previstas pela LRF, com o limite da relação Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) de 120% (ou inferior) sendo respeitado em todos os anos de 2001 a 2011, mantendo a média de 61,8% nesses anos. Em 2011, o índice da relação DCL/RCL ficou em 63,66%, ligeiro recuo na comparação com 2010 que ficou em 66,84%. Ou seja, o município contempla larga capacidade de endividamento sem comprometimento do equilíbrio fiscal, podendo, portanto, direcionar gastos para investimentos com o objetivo de desenvolver a economia local como, por exemplo, infraestrutura logística, mobilidade urbana, saneamento básico, entre outros fatores.

O ritmo de amortização da dívida permaneceu em trajetória crescente, sendo fator positivo para o controle e possível equacionamento da dívida, uma vez que esta permanece estável ao longo dos últimos exercícios. O município empenhou esforços para ajuste de sua situação positiva junto ao INSS e FGTS, que emitem certidões de regularidade importantes para a aquisição de financiamentos, sendo obtido êxito, fator que reforça a capacidade municipal de cumprimento de objetivos referentes ao ajuste fiscal.

O município também cumpriu os limites das Vinculações Constitucionais para as áreas da Educação e da Saúde, com destaque para a última, que apresentou gastos de 26,68% em 2011, enquanto o mínimo a ser aplicado é 15%, e a média observada entre 2001-2011 foi de 20,1%, portanto, ao menos 5 pontos percentuais acima do limite determinado.

É importante destacar que os investimentos na área da saúde garantem um crescimento mais robusto e desenvolvimento com maior qualidade no longo prazo, com efeitos sobre indicadores relevantes como a taxa de mortalidade infantil, por exemplo, e isso concede à região melhores condições para a gestão das finanças públicas.

A despesa com Pessoal e Encargos Sociais, outro importante indicador de desempenho da LRF, se manteve dentro dos limites estabelecido pela LRF. Os gastos com pessoal e encargos do poder executivo alcançaram 46,02% da RCL em 2011, respeitando o limite máximo de 54% e o limite prudencial de 51,3%. A média desse indicador no período 2001-2011 foi de 43,8%, ou seja, ao menos 10 pontos percentuais a menos que o limite máximo permitido.

Os gastos com pessoal do governo consolidado, que além do Executivo inclui as autarquias e o legislativo, também ficou dentro dos limites estabelecidos pela LRF, anotando 47,80% em 2011 contra 43,8% em 2010, e média histórica (2001-2011) de 46,5%, logo, bem abaixo do limite máximo (60%) e limite prudencial (57%).

Com os indicadores de desempenho em anuência com os limites determinados pela LRF, o município tem liberdade fiscal para utilizar os canais de financiamento interno e externos em momentos de turbulência econômica, como ocorreu em 2010, sem que haja desequilíbrio fiscal.

#### INDICADORES FISCAIS DE DESEMPENHO

INDICADORES	LIMITES	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal e Encargos sociais/Consolidado	< ou = 60% da RCL	52,10%	51,13%	50,27%	49,91%	48,70%	44,15%	43,70%	38,20%	42,20%	43,80%	47,80%
Pessoal e Encargos sociais/Poder Executivo	< ou = 54% da RCL	48,60%	47,74%	46,94%	46,52%	45,17%	41,51%	41,03%	36,13%	39,96%	41,77%	46,02%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	< ou = 120% da RCL	60,31%	59,62%	64,75%	65,79%	63,13%	59,77%	61,02%	55,79%	58,95%	66,84%	63,66%
Operações de Crédito Interna/Externa	< ou = 16% da RCL	2,70%	1,80%	2,00%	2,20%	4,60%	5,60%	4,00%	1,07%	1,32%	7,28%	2,50%
Vinculações Constitucionais - Educação (1)	> ou = 25%	25,90%	25,10%	26,40%	25,50%	25,30%	25,70%	25,60%	25,40%	25,30%	25,30%	25,40%
Vinculações Constitucionais - Saúde (2)	> ou = 15%	14,21%*	15,65%	17,85%	17,73%	18,93%	19,83%	18,13%	19,33%	21,71%	24,95%	26,68%
Investimentos (Execução orçamentária)	% da RCL	13,90%	12,70%	9,90%	11,30%	4,55%	4,94%	5,86%	10,02%	7,96%	9,43%	5,94%
<b>Receita Corrente Líquida (RCL) - em R\$ Milhões</b>		<b>753,6</b>	<b>810,0</b>	<b>905,1</b>	<b>1.015,0</b>	<b>1.131,5</b>	<b>1.378,6</b>	<b>1.531,8</b>	<b>1.860,7</b>	<b>1.867,3</b>	<b>2.186,3</b>	<b>2.426,7</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças de Guarulhos, Tribunal de Contas do Estado e Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração: Austin Rating

(1) Percentual mínimo exigido de 25% da Receita de impostos e de Transferências, conforme art. 212 da Constituição Federal.

(2) Percentual mínimo exigido de 15% da Receita de impostos e de Transferências, conforme Emenda Constitucional nº 29/00.

## 8. INOVAÇÃO E EFICIÊNCIA NA GESTÃO

A Prefeitura de Guarulhos tem procurado facilitar as relações com investidores potenciais no município. Para tanto, foi criado o Programa de Atendimento ao Investidor, o qual visa assegurar maior transparência sobre as características e potencial produtivo da cidade, aliado a mecanismos de desburocratização e acompanhamento de regularização da empresa até sua completa instalação. Este programa visa atender aos investidores de pequeno e grande porte.

No site na internet da prefeitura são disponibilizados diversos serviços e informações à população, como informações sobre tributos e escrituração *on-line* de ISSQN, busca por empregos, assistência social, PROCON, informações estatísticas e geográficas da cidade, entre outros. A disponibilização de ferramentas que facilitem o acesso entre o gestor e o cidadão comum aumenta a agilidade de caracterização e o cumprimento de demandas do município.

O município está investindo na ampliação de sua base de dados por meio do Projeto de Modernização e Atualização do Cadastro Imobiliário, que foi implantado a partir de fevereiro de 2011. O último levantamento foi realizado em 1993, logo, a expectativa é que esse projeto contribuirá para o aumento da arrecadação de tributos como IPTU e ao ISSQN.

Prevê-se a realização de levantamento aerofotogramétrico, recurso com a finalidade de determinar a forma, dimensões e posição dos objetos contidos numa fotografia, através de medidas efetuadas sobre a mesma, que é utilizado por algumas capitais brasileiras para identificar economias omissas no cadastro fiscal.

O Projeto de Modernização prevê a execução dos seguintes serviços:

- Revisão da Planta Genérica de Valores (PGV);
- Recadastramento Imobiliário de toda a cidade com fotografia frontal de cada imóvel;
- Elaboração de modelo de avaliação das edificações;
- Digitalização do acervo histórico imobiliário;
- Elaboração do Mapa Urbano Fiscal;
- Três atualizações anuais de imagens aéreas e levantamento de novas edificações ou daquelas que sofreram alterações e as respectivas fotos frontais.

Diversas foram as razões a justificarem a implantação do presente Projeto de Modernização, todas fundamentadas nos princípios constitucionais norteadores da Justiça Fiscal, por intermédio dos quais buscou-se, especialmente, a correção das distorções existentes no modelo vigente de avaliação das edificações, o respeito à transparência fiscal, a ampliação da base cadastral sem a necessidade de majoração de alíquotas, como forma de modernização da gestão da arrecadação tributária.

Desde a segunda metade de 2007, o município de Guarulhos contempla o uso do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM). O programa visa a modernização da gestão administrativa e fiscal como, por exemplo, capacitação de técnicos e gestores municipais, implementação de ações e sistemas destinados ao controle da arrecadação fiscal, controle financeiro, gestão de gastos e avaliação de custos, entre outros.

### 8.1. Pregão Eletrônico

O objetivo do Pregão Eletrônico é a negociação do preço dos bens adquiridos pelo setor público, por meio de procedimentos eletrônicos, com a garantia, por parte do Estado, do pagamento aos fornecedores na data de seu vencimento, ajustada no contrato. Além disso, o Pregão Eletrônico traz maior agilidade, transparência e economia aos cofres públicos. As licitações são efetuadas através do Banco do Brasil e possibilitam economia de ao menos 1% do orçamento (ou algo ao redor de R\$ 30 milhões para 2012). Além da economia é importante ressaltar que o Pregão Eletrônico permite realizar 100% das compras necessárias para o município.

A adoção de sistemas que busquem o aumento da eficiência administrativa, com racionalização dos recursos, e a diminuição da sonegação fiscal reflete de forma positiva no processo de classificação do *rating* do Município.

### 8.2. Nota Fiscal Eletrônica

O sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) entrou em vigor no município de Guarulhos em outubro de 2011 e nos moldes do sistema adotado pelo Estado. Por enquanto, a cidade utiliza apenas a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), que é obrigatória a todos os prestadores de serviços estabelecidos no município e com receita bruta anual igual ou superior a R\$ 240 mil. A expectativa é que a adoção do sistema contribua com até 10% de aumento na arrecadação fiscal anual.

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) tem como objetivo a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico para a substituição da sistemática atual de emissão do documento fiscal, em papel que acoberta as operações com mercadorias entre empresas, reduzindo custos, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes e permitindo, ao mesmo tempo, o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo Fisco.

- **Benefícios**

A adoção da NFS-e instituiu mudanças significativas no processo de emissão e gestão das informações fiscais, trazendo grandes benefícios para os contribuintes, para a sociedade e para as administrações tributárias como, por exemplo:

- Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal;
- Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
- Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação.

A inovação efetiva no processo de arrecadação e gastos reflete de forma positiva na classificação do *rating*, pois, como já citado nos parágrafos anteriores, essas iniciativas aumentam a eficiência da gestão da arrecadação, inibindo a sonegação e ampliando a agilidade, bem como racionaliza a gestão dos gastos reduzindo os valores despendidos pela máquina administrativa.

### 8.3. Incentivos fiscais – Empresas

O município de Guarulhos mantém um programa de incentivo fiscal conforme disposto na Lei Municipal nº 5.428, de 12/11/1999, regulamentada pelo Decreto nº 20.865, de 28/02/2000, tem como público alvo os empreendimentos industriais que tenham interesse em se instalar (empresas novas) ou instalados (projetos de expansão da Planta Industrial) na cidade.

Ressalte-se que os incentivos fiscais são concedidos por até dez anos, contados da aprovação do pedido do benefício fiscal, na forma de isenção do Imposto Predial, Territorial e Urbano (IPTU) e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre a mão de obra utilizada na construção.

Apesar do efeito negativo de parte da renúncia fiscal originada pela isenção de IPTU e ISSQN, mesmo que temporariamente, os benefícios gerados pelo maior número de funcionários e volume de transações nos setores do comércio e serviços, por exemplo, que ocorrerão devido às instalações de novas empresas ou expansões das atuais.

Tal medida de estímulo fiscal incide positivamente na avaliação do município visto que o Ente tem apresentado um quadro positivo das contas fiscais, o que permite a renúncia temporária sem perda de sua austeridade.

### 8.4. Incentivos fiscais – Municípios (IPTU Verde)

O município de Guarulhos criou o programa IPTU Verde com o intuito de estimular a sociedade civil organizada, empresas e população em geral a defender o meio ambiente local e regional por meio de incentivos fiscais e redução de impostos. O IPTU Verde constitui na instituição de um conjunto de Benefícios Fiscais aos municípios que colaboram para a geração de um meio ambiente sustentável, mediante o estímulo financeiro proporcionado pela redução do IPTU, trazendo-os para mais perto das questões ambientais e instando-os a efetivamente participar como coautores da gestão ambiental.

Os incentivos ambientais estão previstos no Capítulo 10 da Lei nº 6.793/2011 (Nova Lei do IPTU) e compõe um conjunto de descontos sobre o valor do IPTU dos imóveis que apresentem as condições previstas em Lei. A Lei Municipal de Guarulhos prevê 12 critérios de sustentabilidade, divididos basicamente em dois grupos. i) Arborização e áreas permeáveis. Para imóveis edificadas horizontais com uma ou mais árvores plantadas em suas frentes o desconto é de até 2%, já o imóveis com áreas permeáveis dentro de seus perímetros os descontos cumulativos variam entre 1% e 2%. ii) Implantação de medidas ambientais. Compreende um conjunto de medidas de sustentabilidade ambiental passíveis de descontos de até 20% no valor no IPTU pelo período de 5 exercícios para imóveis edificadas que adotem e mantenham diversos sistemas de preservação ambiental (ex: sistema de captação de água da chuva, sistema de aquecimento solar e construção com material sustentável).

## 9. PASSIVOS CONTINGENCIAIS

### 9.1. Regime Próprio de Previdência social – RPPS

O regime próprio de previdência social de Guarulhos é administrado pelo Instituto de Previdência e Funcionários Públicos Municipais de Guarulhos (IPREF), existente desde o ano de 1992. Em 2011, o déficit previdenciário foi de R\$ 55,9 milhões, fruto de receitas de R\$ 29,8 milhões e despesas da ordem de R\$ 85,7 milhões. Ou seja, arrecadou apenas 34,8% do valor necessário para pagamento dos inativos, inclusive piorou o desempenho em relação ao ano de 2010 (35,9%), segundo o demonstrativo das projeções atuariais RPPS, que está disponível no portal de internet da prefeitura e do Ministério da Previdência Social (MPAS).

O constante déficit tem sido coberto pelos cofres do tesouro municipal, e no orçamento para 2012 estão destinados R\$ 41,9 milhões ao IPREF. Considerando os cálculos das projeções atuariais apresentado pelo instituto até 2046 e preservando os parâmetros utilizados, estimamos que IPREF atinge o equacionamento do déficit somente em 2058.

Alterações de regras na legislação previdenciária municipal afetaram negativamente as receitas do IPREF. A separação das contas de receita referentes aos planos de saúde e de previdência aliada à passagem da contribuição dos funcionários comissionados para o regime previdenciário geral (INSS) reduziram sensivelmente a arrecadação do instituto de previdência. Ainda, a ampliação da contribuição do servidor de 8% para 11% e da municipalidade de 8% para 22%, em 2005, não foi suficiente à ampliação da receita na escala necessária para consequente redução do déficit previdenciário, resultando em recorrentes repasses do tesouro municipal para o IPREF.

O município ingressou em 2005 no projeto Prev-Município, resultado de parceria firmada entre o Ministério da Previdência e Banco Mundial para implantação de medidas de gestão e reavaliação do modelo previdenciário vigente, com recursos repassados ao Município a fundo perdido. Este projeto é direcionado a todas as esferas de governo, cujo propósito é aprimorar as medidas de gestão através da reavaliação do modelo vigente com base na reforma tributária ocorrida em 2003.

Atualmente, a prefeitura conta com aproximadamente 20.000 servidores (incluindo os de origem de economia mista), sendo que deste montante, apenas 1.400 funcionários se enquadram no regime do IPREF e o restante no regime geral, o INSS.

Campos	Valores da avaliação atuarial em R\$	
	Benefícios - Regime de Capitalização	Benefícios - Regime de Repartição
Ativo do Plano	<b>22.375.196,86</b>	
Valor Atual dos Salários Futuros	<b>44.347.195,66</b>	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder)	<b>20.946.544,74</b>	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos)	<b>1.370.666,90</b>	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios Concedidos)	<b>0</b>	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios Concedidos)	<b>0</b>	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder)	<b>3.302.116,16</b>	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder)	<b>3.398.745,10</b>	
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	<b>19.417,09</b>	
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	<b>0</b>	
Resultado Atuarial: (+) Superávit / (-) Déficit	<b>6.778.263,59</b>	

Fonte: Ministério da Previdência Social

Elaboração: Austin Rating

Vale ressaltar que apesar do município incorrer em sucessivos déficits, isto é resultado da estabilização do número de servidores estatutários há algum tempo, ou seja, que contribuem para o regime próprio de previdência. Desta forma, o município tem arrecadado valor baixo em relação ao montante necessário para pagamento de suas obrigações, porém, no longo prazo, a tendência é que o déficit se estabilize. Algumas medidas estão sendo adotadas para amenizar a situação do déficit como, por exemplo, o recadastramento de aposentados e pensionistas e a ampliação de funcionários estatutários em áreas que necessitam, dentro do limite de gasto com pessoal da LRF, para que haja aumento do nível financeiro da contribuição no curto e médio prazo.

## 9.2. Precatórios

Os precatórios são ordens de pagamento contra a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal) originadas a partir de sentenças judiciais transitadas em julgado (art. 100, Constituição Federal de 1988), constituídas em processo formado no juízo da execução, às quais não cabem mais recursos, para satisfazer o credor-exeqüente. Os precatórios podem ser dos seguintes tipos: trabalhistas, alimentares e não alimentares.

Os pagamentos dos precatórios são realizados seguindo as regras estabelecidas na legislação, como segue: ordem cronológica, espécie, seqüestro, pequeno valor, valor suplementar, crime de responsabilidade, prazo para liquidação, compensação tributária e intervenção federal.

Conforme o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, o saldo de precatórios em 2011 atingiu R\$ 953,3 milhões, apresentando elevação de 12,7% em relação ao ano anterior, que encerrou o exercício com estoque de R\$ 845,9 milhões. O valor de 2011 representou 39,3% das receitas correntes líquidas (RCL) contra 38,7% anota do em 2010.

### SALDO DE PRECATÓRIOS - MUNICÍPIO DE GUARULHOS

	R\$ milhões									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Precatórios posteriores a 5/5/2000 (inclusive)	14,3	25,9	35,3	105,9	291,1	504,9	526,5	607,4	729,3	838,8
Precatórios anteriores a 5/5/2000	51,7	50,5	46,1	50,5	132,1	123,8	116,6	136,1	116,7	114,5
<b>Saldo de Precatórios (31/dez)</b>	<b>66,1</b>	<b>76,4</b>	<b>81,4</b>	<b>156,4</b>	<b>423,2</b>	<b>628,7</b>	<b>643,1</b>	<b>743,4</b>	<b>845,9</b>	<b>953,3</b>
<b>Variação no período</b>	-	<b>15,6%</b>	<b>6,6%</b>	<b>92,2%</b>	<b>170,6%</b>	<b>48,6%</b>	<b>2,3%</b>	<b>15,6%</b>	<b>13,8%</b>	<b>12,7%</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças de Guarulhos e STN

Elaboração: Austin Rating

(a) 2002 a 2005 (STN)

(b) 2006 e 2011 (Balanço da Prefeitura de Guarulhos)

(c) Inclui Administração Direta e Indireta

(d) Os precatórios pendentes de pagamento passaram a ser corrigidos somente a partir de 2006.

Cabe ressaltar que, em virtude da pontualidade dos pagamentos e dos recolhimentos junto ao CNJ, os cofres do município deixaram de sofrer seqüestros de receitas – ato em que é sacado um valor específico da conta corrente da prefeitura estipulado por ordem judicial –, dando maior previsibilidade à execução do orçamento aprovado e dos projetos e investimentos em curso.

É importante destacar que o crescimento de 170,6% no estoque de precatórios na passagem de 2005 para 2006 é fruto de dois importantes fatores: i) Devido ao fato de anteriormente ao exercício financeiro de 2006, não ter sido aplicada à atualização monetária sobre o estoque de dívida com precatórios judiciais da Prefeitura de Guarulhos; e ii) Em decorrência do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE (Autarquia Municipal) ter contabilizado R\$ 291,4 milhões dos precatórios judiciais originários de dívidas decorrentes do contrato de fornecimento de água por atacado, celebrado entre o SAAE e SABESP, vez que 90% da água que abastece o Município de Guarulhos é adquirida da SABESP. Cabe assinalar, que o passivo de R\$ 291,4 milhões é mais um esqueleto, ou seja, dívida constituída pelas administrações anteriores e reconhecida pela gestão do município em 2006.

No que diz respeito à evolução do estoque da dívida com precatórios judiciais, que consta no Balanço da Prefeitura



de Guarulhos relativo a exercício de 2011, conforme o quadro que apresentou a evolução do saldo de precatórios, referente ao período de 2002 a 2011, que o valor da dívida com precatórios atinge R\$ 953,3 milhões. Este valor compõe o montante total da dívida municipal consolidada ou fundada.

Ressalte-se ainda que, de acordo com o disposto no § 7º, art. 30 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o inciso III, art. 1º da Resolução nº 43, de 2001 do Senado Federal, considera-se como estoque da dívida com precatórios judiciais, a ser contabilizada na dívida fundada dos Municípios, somente aqueles emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que forem inclusos.

- Emenda Constitucional Nº 62 (EC 62) - Precatórios

É importante destacar que a partir de 2010, os entes públicos seguem novo regramento para pagamento de precatórios, conforme determinado pela Emenda Constitucional nº 62 (EC62), aprovada pelo Congresso Nacional e publicada em 10 de dezembro de 2009.

A nova Emenda Constitucional, que disciplina a matéria, estende o prazo de pagamentos dos precatórios vencidos e a vencer em até 15 anos, sendo que a administração da ordem cronológica de pagamentos passa a ser competência dos Tribunais de Justiça dos Estados e não mais dos entes públicos (União, Estados e Municípios).

Ressalte-se, que tal sistemática consiste (conforme a opção formalizada pela Prefeitura de Guarulhos junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo) na realização de depósito de recursos nas contas especiais (contas judiciais) de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 97 do ADCT, incluído pela EC nº 62/2009 (os depósitos mensais até a presente data estão rigorosamente em dia).

Dessa forma, tais contas especiais são administradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJESP, ou seja, nos casos dos Estados, Distrito Federal e Municípios que optaram pelo regime especial de pagamento de precatórios (caso do Município de Guarulhos) é o próprio TJESP que realiza diretamente os pagamentos das pendências relativas ao passivo judicial da Prefeitura de Guarulhos, exceto as obrigações de pequeno valor (até 30 salários mínimos) cujo depósito judicial será realizado pela Fazenda Municipal.

O não pagamento de precatórios, ou pagamento parcial do estoque em nível insuficiente para estabilizar o valor, é ponto importante na avaliação da capacidade de pagamento do Município, visto que essa prática se apoia em decisões judiciais que levam, em média, 10 anos para serem resolvidas, portanto, sem qualquer amparo de fatores técnicos concretos que justifiquem a posição do ente público quanto ao não pagamento. Nesse sentido, vale destacar que o Município de Guarulhos mantém concordância quanto ao regramento da gestão do saldo dos precatórios e o fluxo de pagamento anual, fator que pesa positivamente no processo de atribuição do *rating*.

## 10. AVALIAÇÃO DE RISCOS

A capacidade de arrecadação de recursos do Município de Guarulhos é muito boa. Historicamente, mais de 60% da receita total é originária de transferências correntes, e em 2011 os repasses realizados pela União e Estado atingiram 61,4%, visto que boa parte desses recursos são originados pelo próprio município por meio da geração de receitas pelo IPVA e pelo ISS.

Para 2012, a expectativa é de elevação em torno de 5,6% das transferências correntes, atingindo R\$ 1.636,6 milhões, sendo que o índice de participação na Cota – Parte ICMS deverá representar aproximadamente 60% desse valor. Cabe ressaltar que, caso ocorra de fato alterações propostas pela reforma tributária que tramita no congresso, na mudança da cobrança do ICMS para o destino, deverá prejudicar a realização da receita municipal, comprometendo o pagamento de obrigações municipais ou impedindo investimentos em setores básicos da economia, porém a proposta é apenas um embrião, sendo que muitas questões deverão ser abordadas. A questão da guerra fiscal também é um risco à arrecadação, dado o perfil crescente do setor industrial na região.

Os indicadores sociais do município demonstram que ainda há carência de direcionamento de recursos para melhoria das condições de infraestrutura, mesmo tendo ocorrido importantes investimentos e ações em algumas áreas como

saneamento básico, abastecimento e tratamento de água e fornecimento de energia.

O baixo nível de infraestrutura básica resulta na elevação de gastos com tratamento de doenças, bem como diminui a qualidade de vida da população e restringe a disponibilidade de recursos para investimentos que visem acelerar o crescimento econômico, uma vez que seus efeitos benéficos são sentidos no longo prazo.

Por fim, outro ponto que merece atenção é a situação dos passivos contingenciais: déficit previdenciário e precatórios. Apesar de haver boa capacidade de endividamento, pois a relação DCL/RCL é relativamente baixa, o crescente volume de precatórios, que se multiplicou por dois nos últimos quatro anos, e do déficit previdenciário, são fatores que, no médio prazo, podem exigir maior concentração da prefeitura para conter o avanço dessas despesas, em detrimento ao volume de investimentos, por exemplo, em infraestrutura, educação e saúde, que são áreas importantes para o desenvolvimento no longo prazo, período de análise do *rating*.

---

## Classificação da Austin Rating em Escala Nacional

<b>AAA</b>	Elevada capacidade para honrar compromissos fiscais e financeiros.
<b>AA</b>	Forte capacidade para honrar compromissos fiscais e financeiros.
<b>A</b>	Boa capacidade para honrar compromissos fiscais e financeiros.
<b>BBB</b>	Capacidade adequada para honrar compromissos fiscais e financeiros.
<b>BB</b>	Vulnerável no curto prazo para honrar compromissos fiscais e financeiros.
<b>B</b>	Mais vulnerável às condições dos negócios e econômicas para honrar compromissos fiscais e financeiros.
<b>CCC</b>	Altamente vulnerável e dependente de condições favoráveis de negócios e econômicas para honrar compromissos fiscais e financeiros.
<b>CC</b>	Altamente vulnerável e enfrenta condições de negócios e econômicas adversas sem garantia de honrar compromissos fiscais e financeiros.
<b>C</b>	Compromissos financeiros encontram-se em <i>default</i> com perspectivas remotas de honrar seus compromissos fiscais e financeiros.

*Os ratings de “AA” a “CC” podem conter os sinais de (+) mais ou de (-) menos para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala.*

**Rating** é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O *rating* pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de *rating* e metodologias, acesse: [www.austin.com.br](http://www.austin.com.br)

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.